

## 5.

### **Considerações finais.**

#### ***Sobre a presença e o silêncio da homofobia na escola.***

Atualmente, existem diversos grupos e organizações que lutam pela igualdade da população LGBTT, em busca de mais representação social e valorização de suas identidades, tanto dentro quanto fora da escola. Além da política pública educacional voltada para essa temática, que vimos no Capítulo 3 deste trabalho, no dia 28 de Janeiro de 2011, o programa Rio Sem Homofobia, da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, lançou uma cartilha sobre direitos civis de travestis e transexuais, para celebrar o Dia Nacional de Visibilidade Trans, comemorado em 29 de janeiro. Ainda, na Câmara de Deputados, está em tramitação projetos de lei como o da criminalização da homofobia, PCL 122/2006. Muitos deputados evangélicos têm lutado contra a aprovação deste projeto de lei, alegando ser “um movimento pró-homossexualismo”, “uma desconstrução da sociedade brasileira” e “uma apologia à homossexualidade”. Vemos também um avanço no Ministério da Fazenda. A partir de 2011, a declaração de Imposto de Renda inclui companheiros/as homossexuais como dependentes para fins de dedução fiscal. Mais uma vez, um deputado evangélico se manifestou, alegando que tal medida é inconstitucional, já que em nossa Constituição estão reconhecidas apenas as uniões heterossexuais. Estamos diante, novamente, de uma das mais significativas religiões fundamentalistas do Brasil, que insiste em limitar o direito de outros cidadãos/ãs em nome de um suposto desejo divino.

Toda essa movimentação social faz com que reivindicações se estendam ao campo educacional. Com isso, o Ministério da Educação está analisando um material elaborado pelo projeto Escola sem Homofobia, já aprovado pela UNESCO e pelo Conselho Federal de Psicologia. O kit, a ser distribuído em seis mil escolas da rede pública, é composto de cartazes, um livro com sugestões de atividades para o professor e três gravações audiovisuais sobre o tema. Contudo, este material já apresenta resistências em alguns setores da sociedade, principalmente aqueles veiculados a fundamentalismos religiosos.

Com os PCNs/1998, abriu-se oficialmente a temática da orientação sexual para a educação escolar. Neles se esclarece que esta deve focar as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade, e propõe três eixos para nortear a intervenção do professor: (1) corpo humano, (2) relações de

gênero e (3) prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 1998, p. 316). Assim, o enfoque se apresenta muito mais informativo, dentro de um caráter biológico e clínico, do que questionador da dimensão histórica e cultural de sexo e gênero. Apesar de não conseguir alcançar uma proposta que atendesse às demandas dos grupos LGBTT, os PCNs/1998 introduziram a temática, possibilitando o questionamento de um velho modelo de abordagem e promovendo o desenvolvimento de uma nova percepção da realidade que valorize e respeite as diferenças sexuais.

BARBOSA (2010, p. 139) nos indica que “vivemos num momento de transição entre os paradigmas da modernidade e da pós-modernidade”. Esse período transitório se caracteriza pelo aumento das incertezas e pelo questionamento de verdades até então irrenunciáveis. Por isso, passamos a questionar o que é a realidade e a refletir sobre os processos de produção dos conhecimentos e valores ensinados tradicionalmente na escola.

A grande polêmica existe porque ainda há a crença de que a homossexualidade pode ser ensinada ou incentivada pela escola. No entanto, parto do princípio que a diversidade sexual existe, não foi a escola que a inventou. Mas há um temor de parte da sociedade ao se questionar aquilo que se entende como padrão ou o que chamamos de sexualidade hegemônica.

Podemos dizer que hoje estamos também vivenciando uma mudança de paradigma sexual? Estamos imersos nas reivindicações para que o modelo de dimorfismo radical se transforme em um modelo que abarque a diversidade sexual, situado na convivência respeitosa e na promoção de direitos. Porém, mesmo que na sociedade esta mudança pareça estar em curso, ainda estamos engatinhando para uma educação que promova a democracia e o respeito a todos, o reconhecimento da diversidade sexual, o entendimento da sexualidade como plural e dinâmica, a aceitação da existência de uma sexualidade infanto-juvenil, assim como o debate acerca das normatividades relacionadas à sexualidade, e conseqüentemente ao gênero, presentes na sociedade hoje.

Dessa forma, percebe-se ainda a coexistência da homofobia com iniciativas que valorizam outras diferenças, por exemplo, a inclusão dos/as alunos/as portadoras de deficiências físicas e também a obrigação legal das escolas de incluírem a cultura e a história africana e indígena em seus currículos. Em muitos casos, a homofobia é passivamente aceita, pois nem existe a reflexão de que certos atos ou atitudes possam ser homofóbicos. Em muitos outros, a homofobia é consciente, e traduz uma intolerância feroz para com os/as homossexuais. E mesmo que alguns estudantes não exponham sua

orientação sexual, chega até eles toda essa hostilidade homofóbica, o que os fará sentir-se depressivos e depreciados e, possivelmente, afetará os seus rendimentos de aprendizagem.

Sem dúvida, a população LGBTTT, principalmente aquela que explicita em seus corpos, através de linguagens e gestos, o pertencimento a essa população, tem sido alvo de diversas formas de violência dentro da comunidade escolar. Estranhar os comportamentos de humilhação, ofensa e gozação, nomeando-os como um atentado à dignidade é um dos primeiros modos para combater a homofobia. Dessa forma, poderemos reconhecer a heteronormatividade que trazemos em nossa formação cultural. E, com isso, desenvolver estratégias de intervenção e formas criativas de diálogo para a promoção do respeito e da tolerância.

A escola, igualmente, deve desempenhar um papel capital na luta contra a intolerância, levando a compreender que o reconhecimento da igualdade de gays e lésbicas é uma questão que diz respeito a todos. Nos cursos e livros didáticos, a homossexualidade e a bissexualidade deveriam ser apresentadas como manifestações da sexualidade tão legítimas e bem-sucedidas quanto a heterossexualidade. Finalmente, a homossexualidade dos personagens da história, da literatura ou das ciências poderia ser evocada com naturalidade semelhante à que se utiliza para falar do casamento de determinada rainha ou das aventuras amorosas de determinado revolucionário (BORILLO, 2010, p. 110).

Ainda neste pensamento, por que relatar os diversos casos e amantes de determinado nobre não é um incentivo à promiscuidade? Mais uma vez, a justificativa não se aplica, pois não é possível estendê-la a outros casos. Ela está, na verdade, encobrindo o pânico que pensar a mudança de um modelo sexual tão estabelecido causa na maioria da sociedade. A homossexualidade desafia a escola de modo a rever sua prática, no sentido de que esta saia do lugar de conforto paradigmático que se encontra e se esforce em englobar todos/as os/as cidadãos/ãs em seus currículos. Desde que eles assim nos permitam, que mostremos nossos/as brilhantes acadêmicos/as e intelectuais gays, lésbicas, *bi*, *trans*. Nada estaríamos negando a nossos/as jovens heterossexuais, mas estaríamos dando possibilidade de identificação a uma população LGBTTT inserida na escola que enxerga seu destino como promíscuo, marginal e/ou exótico. Estaríamos proporcionando a idéia de que todos/as, independente da orientação sexual que possuem, podem ser íntegros/as e inteligentes.

Dessa maneira, faz-se necessário continuar investigando como políticas, projetos e programas que combatem a homofobia têm repercutindo na escola.

Como a escola e suas instâncias têm percebido, marginalizado ou integrado aqueles/as que possuem uma orientação LGBTTT?

O presente trabalho contou com dois caminhos de análise: o primeiro procurou averiguar se jovens do Ensino Médio conseguiam identificar uma situação de homofobia na escola, e o segundo procurou identificar o posicionamento de jovens do Ensino Médio quanto à discriminação, exposição e participação da população LGBTTT na escola.

Para o primeiro obtive uma resposta positiva. Contudo, dos quatro encontros que a equipe de pesquisa do GECEC realizou com esse grupo de adolescentes, este grupo focal, sobre a homofobia, foi o mais difícil de ser desenvolvido. Os/as jovens precisaram de mais estímulos para debater o assunto, uma vez que alguns/mas sempre tendiam a retornar à temática da regra e da cola durante as provas, deixando a homofobia um pouco de lado. Talvez, o erro tenha sido do instrumento. No entanto, nos outros dilemas percebemos maior facilidade para o debate e para a avaliação dos temas apresentados.

Para o segundo, vimos que os/as jovens enxergam situações de homofobia em seus cotidianos, sendo que alguns relatavam a discriminação no ambiente escolar, inclusive partindo do corpo docente. Além disso, demonstraram que a escola não aborda o assunto diretamente, como se o mesmo não estivesse presente em suas dinâmicas e não o pertencesse.

Ficou evidente na análise dos discursos dos/as estudantes entrevistados/as o fato de que estes/as estão conscientes da diversidade presente em sala de aula, assim como das desigualdades que com ela se instauram. Mas pareceu que os/as professores/as não estão preparados/as para lidar com a pluralidade sexual. Nesse sentido, concordo com Andrade (2009c, p. 9), quando destaca a importância de se promover “um projeto educacional capaz de entender e incorporar em sua prática pedagógica o valor da tolerância, que precisa ser mais fundamentado e melhor consolidado entre nós” associado a um melhor preparo dos/as professores/as para lidar com as questões das identidades consideradas diferentes e subalternizadas.

Proponho aqui a necessidade de criar uma postura de tolerância para, a partir dela, construir valores mais complexos para a convivência com a diversidade sexual. Como a heterossexual é um pilar identitário ainda muito engessado pelas instituições sociais, a tolerância seria o primeiro passo, o mínimo necessário para se construir o diálogo entre as sexualidades. Não a tolerância que encara o “outro” como inferior e o suporta. Indico aqui a tolerância

como mínimo ético, aquela que encara o “outro” enquanto equivalente em seus direitos de ser e existir.

Pensar a partir de princípios interculturais, como aqueles apontados no Capítulo 2, pode facilitar a compreensão da importância da contextualização histórico-cultural das diferenças e das desigualdade no campo da sexualidade. Com isso, a escola deixaria de apenas abrigar a pluralidade e passaria a também representá-la. A população LGBTTT, presente no ambiente escolar, seria contemplada no leque de representações e enxergaria novos destinos para seu projeto de vida que não aqueles à margem da sociedade.

Para que isso aconteça torna-se fundamental uma formação inicial e continuada que dê oportunidade para professores e professoras conhecerem posições mais críticas a respeito da diversidade sexual. É importante que durante a formação de professores, existam estratégias que questionem e sejam, com isso, capazes de desfazer estereótipos, principalmente aqueles associados ao gênero e à sexualidade.

Ao organizar este trabalho,

retomei vários autores e, como sempre ocorre, foi preciso fazer escolhas, efetuar um recorte e dar o corte para poder concluir o trabalho. Ao fazê-lo, certamente deixei de trazer contribuições importantes com as quais, quem sabe, revisaria parte dos meus escritos. Pesquisar é isso. É um itinerário (ZAGO, 2003, p. 307).

Neste fechar de cortinas, quero registrar algumas inquietações que ainda permanece, que poderão ser respondidas por mim ou outrem em outro momento, ou até já o fora e me fugiu ao conhecimento. Neste sentido, ainda me pergunto:

1. Como evitar o reducionismo biológico e sanitaria aplicado à sexualidade na Educação Básica? Como trabalhar em nossas salas de aula as questões sexuais a partir de um ponto de vista também sócio-histórico e cultural, sem negar sua dimensão biológica?
2. De que forma poderíamos favorecer o diálogo e o respeito para com as diferenças sexuais na Educação Básica composta por um público marcadamente pluralista? E, para isso, como poderíamos pensar uma agenda ética mínima para a temática da sexualidade?

3. Nas práticas pedagógicas, a falta de formação e informação cultural e ética, para questões de sexualidade, estaria relacionada à perpetuação da heteronormatividade e de situações homofóbicas dentro e fora da escola?

4. Como a população LGBTTT se reconhece no contexto escolar? Como fica a possibilidade de dignidade para uma criança que precisa se reconhecer no que aprendeu a rejeitar?

5. Como envolver professores/as na luta contra homofobia e pela valorização de identidades homossexuais, já que são eles/as o principal agente de educação nas atividades escolares?

Estes e, tantos outros questionamentos que agora me escapam, indicam alguns caminhos que ainda poderei seguir, mas que na iminência do fechamento desta pesquisa terão de ser enfrentados num outro momento.